

A TRADUÇÃO PARA A LIBRAS: UMA REFLEXÃO LINGÜÍSTICA SOBRE O REGISTRO DOS CLASSIFICADORES.

Nehemias Nasaré Lourenço

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (Campus Esperança) – prof.nemo@hotmail.com

O presente estudo traz como pergunta motivadora o fato de o porquê de os surdos terem que falar uma língua e escreverem em outra sendo a estes agora dados a possibilidade de escreverem em uma língua que lhes é natural: a escrita da língua de sinais. Será que é porque eles utilizam de um recurso na produção de seus discursos o qual não sabem como escrevê-los, isto é, por não saberem como escrever os classificadores? Será que podemos escrevê-los? Foi com estas perguntas em mente juntamente ao trabalho do tradutor de LIBRAS que nos debruçamos aos livros a fim de buscar respostas às indagações postas. Durante a nossa pesquisa, podemos evidenciar que a língua de sinais cumpre todos os requisitos e tem todas as qualidades que as línguas orais, sobretudo, uma escrita própria e que está ganhando cada vez mais adeptos. Conseguimos comprovar a eficácia da escrita da língua de sinais quando descobrimos em um dos livros estudados a possibilidade de se escrever os classificadores. Daí, fica evidente que nossa pesquisa não se configura como de cunho qualitativo ou quantitativo, senão bibliográfico. Fomos felizes ao escolher os autores que deram base teórica à nossa pesquisa, pois são consagrados e significativos no campo dos estudos da língua de sinais, sobretudo da brasileira, tais como Gesser (2009), Quadros & Karnopp (2004) e da área da escrita da língua de sinais, como o casal Barreto (2015).

Palavras Chave: Escrita de sinais, classificadores, tradutor, LIBRAS

INTRODUÇÃO

Quando pensamos em Educação, sobretudo na Educação Inclusiva, é inevitável pensarmos em duas grandes conquistas: 1. O acesso à educação de maneira condizente às especificidades de cada aluno com deficiência e 2. Nas novas profissões que são oriundas dessa vertente da Educação que vem se expandindo cada vez mais.

Dentre estes profissionais, podemos citar os leitores e transcritores de Braille e os tradutores e intérprete de LIBRAS. Citamos ambos por serem as duas das profissões que mais vem requerendo profissionais, porquanto ainda há uma enorme demanda destes profissionais visto o grande avanço acadêmico que os cegos e os surdos vem obtendo ao longo da última década.

Contudo, neste artigo, pretendemos evidenciar alguns conceitos quanto à atuação deste último por acreditarmos que há algumas características interessantes a serem revelada, sendo uma delas a não existência da mesma de forma concomitante, isto é, é impossível de se conceber a atuação do tradutor intérprete como sendo uma atividade realizada ao mesmo tempo. Ora, afinal, como o próprio nome já nos diz, há, senão duas atuações distintas em uma mesma profissão: a do tradutor e a do intérprete.

Tal fato faz com que ele não atue como intérprete ao mesmo em que está realizando uma atividade de tradução, pois ele deverá atender a uma ou a outra, sendo as duas impossíveis de serem realizadas ao mesmo tempo, haja vista que se compreende o ato da interpretação como uma atividade que envolve a oralidade e o da tradução, uma atividade de escrita.

Além desta diferenciação e característica, ressalta-se que, normalmente, a figura do tradutor intérprete de LIBRAS, doravante TILS, parece ser mais centrada no ato da interpretação, havendo uma espécie de marginalização da tradução. Noutros termos, a atividade do intérprete de LIBRAS parece estar em um patamar superior ao do tradutor, quiçá por haver uma crença de que ao tradutor recai-lhe uma atividade “mais leve”, pois poderá ser feita com um período de tempo maior ao que é destinado ao intérprete, que realiza sua atividade de maneira, geralmente, consecutiva ou simultânea.

Também, podemos citar que um dos motivos dessa predileção pelo intérprete consta no fato de sua visibilidade, visto que ocupa lugares que requerem que ele esteja em área em que todos os surdos possam vê-lo da melhor maneira possível, o que diferencia do local de trabalho do tradutor, que realiza suas atividades em locais que requerem mais silêncio.

É sobre essa segunda figura que pretendemos nos ater nesse artigo, melhor dizendo, em um aspecto de seu trabalho que consideramos interessante: a escolha lexical que este realiza para que o texto traduzido seja o mais fiel possível ao original, evidenciando-se aqui a problemática do registro dos classificadores. Tal escolha justifica-se no fato de este precisar saber dominar alguns procedimentos tradutórios, bem como o a necessidade de saber a fundo as duas línguas, no nosso caso, o português e a LIBRAS.

Nosso trabalho estará, portanto, centrado no campo lexical e semântico, visto que o sintático pouco importaria para esse estudo haja vista que a gramática de uma língua para outra apresenta várias disparidades, o que faria este estudo requerer um tempo mais longo para sua conclusão – o que não dispomos no momento.

A fim de explicitar como esse registro dos classificadores ocorre, será necessário que desprezemos desde já os regionalismos, pois pretendemos focar apenas a tradução dos classificadores para a Escrita de Língua de Sinais (doravante, ELiS). Acreditamos que este trabalho tem sua importância no campo linguístico visto a escassez que há em trabalhos que tomam a escrita da língua de sinais como objeto de estudo quando comparados ao ato da interpretação. Logo, é ensejo nosso que este trabalho seja mais um contributo para os demais pesquisadores que pretendem compreender um pouco mais das nuances linguísticas acerca da tradução para a ELiS.

Desta forma, optamos e achamos conveniente dividirmos o nosso estudo em três capítulos: no primeiro, preocupamo-nos em conscientizar o leitor sobre o que é a LIBRAS evidenciando sobremaneira que ela é uma língua e não é ágrafa. Também neste capítulo, pretendemos levantar a seguinte reflexão: se a língua de sinais brasileira é tão rica e cumpre todos os requisitos de uma língua, por que, então, os surdos devem escrever em outra língua, isto é, em português?

No segundo capítulo, buscamos explicar de maneira pragmática o que é a Escrita da Língua de Sinais trazendo a relevo a sua origem e como se deve fazer as notações nesta língua, bem como quais os benefícios que esta traz para o surdo e à comunidade ao qual pertence.

No terceiro capítulo, trazemos a problemática de como se traduzir os classificadores na ELiS. Para tanto, vemo-nos na obrigação de conceituar o que são e para que servem a fim de orientar o leitor quanto a sua importância na língua de sinais.

Nossa metodologia estará, portanto, seguindo um cunho bibliográfico e qualitativo. A nossa análise se deterá ao campo semântico e ao lexical, pois sem estes dois, não conseguiríamos atingir nosso objetivo.

Para que este estudo se torne possível, adotaremos como referencial teórico, estudiosos da área da LIBRAS, tais como: Quadros & Karnopp (2004) e Gesser (2009) e da área da Escrita da Língua de Sinais: Madson & Raquel Barreto (2015).

1 O QUE É LIBRAS?

A Língua Brasileira de Sinais, ao contrário do que muitos acreditam, não é a segunda língua oficial do Brasil, senão é apenas mais uma língua reconhecida. Em outros termos, a LIBRAS não é uma língua oficial do Brasil, senão é um meio de comunicação utilizado pela comunidade surda que aqui mora.

Acreditamos, no entanto, que este uso não está restrito apenas à comunidade surda brasileira, mas aos que fazem uso dela. Deste modo, amplia-se o leque de usuários da mesma, tais como: tradutores intérpretes de LIBRAS, fonoaudiólogos, professores de surdos etc.

Em termos legais, esta pode ser resumida quando “entende-se como Língua Brasileira de Sinais - Libras a forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constituem um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil” (BRASIL, 2002).

1.1 Conceituando a Libras

A fim de explicar de maneira pragmática o que é a LIBRAS, achamos oportuno reportar algumas reflexões sobre a mesma fazendo recortes do livro “Libras, que língua é essa?” de Audrey Gesser (2009). Contudo, devido à profundidade de significância que o livro traz, decidimos nos ater apenas ao primeiro capítulo, que traz 12 perguntas sobre a LIBRAS a fim de conceituá-la através da quebra de alguns mitos sobre a mesma.

Não obstante, pretendemos nos ater apenas àquelas que nos servirão de apoio ao nosso estudo, deste modo, focaremos em apenas seis. Dito isto, temos, então, como primeira pergunta: “A língua de sinais é universal?”

De maneira pragmática, não! Segundo a autora:

Uma das crenças mais recorrentes quando se fala em língua de sinais é que ela é universal. Uma vez que essa universalidade está ancorada na ideia de que toda língua de sinais é um “código” simplificado apreendido e transmitido aos surdos de forma geral, é muito comum pensar que todos os surdos falam a mesma língua em qualquer parte do mundo. [...] Com a língua de sinais não é diferente: nos Estados Unidos, os surdos “falam” a língua americana de sinais; na França, a língua francesa de sinais; no Japão, a língua japonesa de sinais; no Brasil, a língua Brasileira de sinais, e assim por diante.
(GESSER, 2009, pp. 11-12)

Tal trecho nos faz perceber que ela é, então, única. Na verdade, percebemos que há uma necessidade de diferenciarmos a LIBRAS de língua de sinais. Pois aquela não é universal, diferentemente desta. Noutros termos, a língua de sinais é universal se a considerarmos como um meio de comunicação dos surdos, sendo assim, cada país tem a sua própria língua de sinais, o que torna evidente que a LIBRAS não é, portanto, universal, pois é a língua de sinais pertencente à comunidade surda brasileira.

A segunda pergunta trazida no livro a que estamos detidos agora é; “A língua de sinais é artificial?” deixemos que a autora responda:

Crença. A língua de sinais dos surdos é natural, pois evoluiu como parte de um grupo cultural do povo surdo. Consideram-se “artificiais” as línguas construídas e estabelecidas por um grupo de indivíduos com algum propósito específico. O *esperanto* (língua oral) e o *gestuno* (língua de sinais) são exemplos de línguas “artificiais”, cujo objetivo maior é estabelecer a comunicação internacional’.
(GESSER, 2009, pp. 12-13)

Como dito pela autora, a LIBRAS não é uma língua artificial, dado o fato de que ela não foi criada por um grupo de indivíduos com um fim específico. Obviamente que parece um paradoxo,



pois todas as línguas, ao serem criadas, estão em busca de cumprir um objetivo, qual seja, a comunicação.

No entanto, a mesma não pode ser dita como artificial porque ela é proveniente de uma linhagem de língua de sinais e estas surgiram não de maneira pensada, mas de maneira natural, tal qual ocorreu com as línguas orais, a exemplo do: inglês, espanhol, francês, italiano e alemão.

Acreditamos ser importante evidenciar que, assim como há o esperanto, língua artificial criada para atingir um objetivo em específico, há uma modalidade na língua de sinais que se assemelha ao mesmo: o gestuno.

Temos, agora, a terceira pergunta: “a língua de sinais tem gramática?”

Essa pergunta seria facilmente respondida com uma pergunta retórica: Todas as línguas têm uma gramática? Claro que sim! A importância de uma gramática para uma língua reside no fato de esta ser a responsável de organizar e administrar as suas estruturas linguísticas a fim de torná-la reconhecida e mostrar as suas possibilidades de produção de discursos, sobretudo os que são (gramaticalmente) aceitos.

Possuir uma gramática não é um privilégio apenas das línguas orais, mas também das que se realizam de outro modo, isto é, não são apenas as línguas que se realizam no oral-auditivo que possuem uma gramática, senão também as que se realizam no espaço-visual, tal como as línguas de sinais, ou seja, não há uma distinção entre aquelas e estas, pois “como observa Noam Chomsky, **todas as línguas** funcionam como sistemas combinatórios discretos” (GESSER, 2009, p. 19).

Como quarta pergunta, temos: “É possível expressar conceitos abstratos na língua de sinais?”

A este respeito, GESSER (2009, pp. 22-23) assevera que

[...] Novamente, a pressuposição de que não se consegue expressar ideias ou conceitos abstratos está firmada na crença de que a língua de sinais é limitada, simplificada, e não passa de um código primitivo, mímica, pantomima e gesto. [...] Devemos entender que **sinais não são gestos**.

Novamente, há mais uma grande semelhança entre as possibilidades de produção de discurso entre as línguas orais e as de sinais: a emissão de ideias. Como sabemos, as ideias pertencem ao campo abstrato, isto é, ao campo não apenas imagético, mas também ao campo da lógica, sobretudo de seu raciocínio.

Neste quesito, as línguas de sinais não estão nem acima nem abaixo de outra língua oral, qualquer que seja. Contudo, devemos ter em mente que a língua é de sinais e não de gestos, ainda que estes possam servir de sinais temporários para a emissão de uma ideia e/ou conceito.

De um modo geral, podemos resumir da seguinte forma: os sinais são os gestos que estão dicionarizados; já os gestos não possuem uma equivalência em um dicionário de sinais, seria, então, uma espécie de sinônimo não reconhecido em sua totalidade, sendo apenas um termo/sinal temporário, efêmero.

Nossa quinta pergunta sobre a língua de sinais preocupa-se em saber se a LIBRAS “falada” no Brasil apresenta uma unidade.

Não, não há! Assim como as línguas orais, as línguas de sinais não apresentam uma unidade. “Afirmar essa unidade é negar a variedade das línguas, quando de fato nenhuma língua é uniforme, homogênea” (GESSER, 2009, p. 39).

Negar esse fato, isto é, não aceitar a realidade de que a língua de sinais falada no Brasil não apresenta uma unidade é o mesmo que impor

A sua norma linguística como se ela fosse, de fato, a língua comum a todos os 160 milhões de brasileiros, independentemente de sua idade, de sua origem geográfica, de sua situação socioeconômica, de seu grau de escolarização etc. (BAGNO, 1999, p. 15).

Seguindo esse raciocínio, podemos inferir na ideia de que essa variedade é manifesta em vários aspectos, tais como o fonológico (pronúncia), o sintático (com a quebra de paradigmas e sintagmas linguísticos) e o morfológico, representado muitas vezes através do regionalismo. Contudo, também há os fatores extralinguísticos, tais como: a idade, o gênero, a raça, a educação e a situação geográfica (GESSER, 2009).

Noutros termos, a Libras não apresenta uma unidade assim como a língua oral também não. Há, inclusive, uma grande variedade linguística na língua de sinais brasileira. Tal variedade pode ocorrer entre bairros de uma mesma cidade, ou até mesmo ser expressa entre duas cidades próximas, como acontece com o sinal de “cedo” realizado entre a comunidade surda de Campina Grande (PB) e a capital do Estado, João Pessoa.

Por fim, nossa última pergunta, de forma indireta, deseja saber se a Libras é uma língua ágrafa.

De acordo com Gesser (2009), não! Contudo essa realidade só foi alterada há pouco tempo com a criação da Escrita de Língua de Sinais, assunto que abordaremos mais adiante.

O que nos interessa no momento é que agora os surdos têm uma língua que lhes é própria, que lhes é condizente, que retrata as suas ideias e pensamentos de maneira coerente à maneira como se comunica, isto é, naturalmente através dos sinais que executa.

Nossa pergunta, então, encontra espaço aqui: seria possível, então, escrever os classificadores na LIBRAS? Essa pergunta tem a sua justificativa devido ao fato de ser uma peça fundamental para o cumprimento de nosso objetivo. Cabe-nos, antes de acharmos uma resposta plausível, definir o que são classificadores na LIBRAS.

2 ESCRITA DA LÍNGUA DE SINAIS

Ao contrário dos que muitos acreditam, o SignWriting não foi a primeira tentativa de se registrar a língua de sinais de forma escrita. Um estudo mais detalhado poderá nos trazer à tona alguns dos sistemas criados, tais como: a notação Mimographie, publicada em 1822 por Roch Ambroise Auguste Bébien; a notação de Stokoe; a Hamburg Notation System (HamNoSys) que foi baseada na notação de Stokoe; o Sistema D'Sign de Paul Jouison; a notação de François Neve e o Sistema de Escrita das Línguas de Sinais (EliS), criado pela Dra. Mariângela Estelita Barros (BARRETO & BARRETO, 2015)

Fica evidente que mudanças foram necessárias para que se criasse um sistema de escrita que fosse condizente com a língua falada pela comunidade surda e que lhe fosse fiel ao discurso original de forma que houvesse uma facilidade e compreensão do que estava sendo escrito e/ou lido.

Acreditamos que a criadora do SignWriting foi feliz ao conseguir registrar uma língua realizada no campo espaço-visual de forma bidimensional, o que a diferenciou dos sistemas criados anteriormente. Outra grande mudança que merece destaque na criação de Sutton, foi a maneira linear de escrever, melhor dizendo, em seu registro não mais de forma horizontalmente linear, senão de forma verticalmente linear, isto é, os sinais são registrados de forma mais semelhante ao registro das línguas asiáticas, tal como, o japonês e o chinês, excetuando-se, obviamente, a ordem de leitura, pois as colunas devem ser lidas da esquerda para a direita.

Outra grande vantagem do sistema criado por Sutton foi a possibilidade de poder apresentar todos os parâmetros quando da realização de um sinal. Segundo Barreto & Barreto (2015, p. 67)

Diferentemente dos demais sistemas de escrita propostos, o SignWriting faz uso das relações espaciais de seus grafemas em uma “caixa” bidimensional para representar cada sinal. São registrados com precisão todos os articuladores dos sinais, inclusive as Expressões Não Manuais, quando necessárias ao entendimento. (...) os sinais são escritos em colunas verticais para baixo representando a sinalização. [...] Estes conceitos referem-se ao uso que o sinalizador faz dos sinais e como são articulados entre si na produção de sentido. À medida em que a sinalização vai sendo construída, referentes dêiticos vão sendo estabelecidos nesse espaço e podem ser

retomados depois. A Escrita de Sinais feita em colunas verticais de cima para baixo facilita muito este processo.

Como podemos inferir, não se trata apenas de uma questão estética a escrita de sinais ser feita em colunas verticais, pois, segundo outros estudos a leitura, quando realizada dessa forma, torna-se mais fluente e significativa, visto que se retém mais o contexto e não apenas um ato de codificação.

Algumas das características da Escrita das Línguas de Sinais são:

-> Permite ao surdo expressar-se livremente, mostrando a sua fluência na Língua de Sinais, ao contrário da escrita da Língua Oral. Ora, fica evidente que estamos falando, caso contrário, de um sujeito bilíngue, pois será este falante “oral” de uma língua e “escritamente” de outra. A Escrita da língua de sinais rompe com a ideia de que ao surdo só lhe é possibilitado escrever apenas em português. Além disso, a utilização da escrita da língua de sinais revela o quão profunda esta é.

-> Contribui com o desenvolvimento intelectual do surdo, pois este terá como fazer anotações em sua própria língua sobre o que está estudando.

-> Qualquer sinalizador que conheça “as regras” da escrita, isto é, os símbolos, poderá decodificar um texto totalmente escrito em língua de sinais realizando os sinais que ali estão, ainda que não os compreenda. Este é um ponto que acreditamos fazer a língua de sinais sobressair-se às línguas orais. Explicamos através de um exemplo: na língua inglesa, o grafema “a” pode ter fonemas distintos, que é o que acontece quando o lemos nas seguintes palavras: car e may. Na escrita da língua de sinais é como se cada fonema fosse o mesmo, isto é, o “a” registrado em português teria o mesmo “som” (quirema) que quando registrado na escrita da língua de sinais francesa.

Diante de tantas possibilidades, como se escreve, então, essa língua? Para responder a esta pergunta, fizemos o tópico a seguir baseados na leitura do livro “Escrita de sinais sem mistérios”, de Madson e Raquel Barreto (2015).

2.1 Simbologias

A simbologia da escrita da língua de sinais deve ser entendida do ponto de vista do leitor e não do escritor. Também, vale salientar que a base para se escrever nessa língua deve ser a mão direita, visto que a esquerda apresentaria um lateralismo. Contudo, Madson Barreto é contundente ao explicar que em discursos informais, isto é, em ocasiões em que não há uma exigência do

discurso formal, a mão esquerda poderá ser grafada de igual modo que a direita, caso o escritor seja canhoto.

De forma pragmática, temos apenas duas cores, que podem ser representadas de três formas, sendo a parte branca a representatividade da palma da mão; a parte preta, o dorso e a metade branca e preta a mão de forma lateral.

Devido a extensão que se tem na simbologia da Escrita de Sinais, deixamos a sugestão de leitura do livro mencionado acima, sobretudo a partir do capítulo 5. É ensejo nosso que o leitor compreenda que não é um “malquerer” nosso em não explicar símbolo por símbolo, senão um ganho de tempo, pois, do contrário, teríamos que explicar todas as subcategorias das categorias abaixo, o que nos seria dispendioso: Orientação de mão; Regras ortográficas; Configuração da mão; Locação; Orientação da palma; Escrita de sinais à mão; Setas básicas de movimento; Tipos de contato; Mudança de configuração de mão e de orientação da palma; Movimento dos dedos; Movimentos circulares; Tempos do movimento; Movimentos curvos; Pontuação; Expressões não manuais; Movimentos do antebraço; Dinâmica de movimento, etc.

Desejamos lembrar ao leitor que o nosso foco aqui não é o de descrever a escrita da língua de sinais, senão, o de nos ater aos mecanismos que são necessários quando do registro escrito de um classificador. Para tanto, dedicamos o capítulo seguinte para este recurso tão presente nos discursos dos sinalizadores.

3 O QUE SÃO CLASSIFICADORES

As autoras Quadros e Karnopp (2004, p. 93) definem os classificadores como

Formas complexas em que a configuração de mão, o movimento e a locação da mão podem especificar qualidades de um referente. Classificadores são geralmente usados para especificar o movimento e a posição de objetos e pessoas ou para descrever o tamanho e a forma de objetos. Por exemplo, para descrever uma pessoa caminhando em um labirinto, o sinalizador deve usar um classificador em que a configuração de mão (referindo à pessoa) move-se em ziguezague; para descrever um carro andando, o sinalizador produz uma configuração de mão em ‘B’, que se refere a veículos. Essas configurações de mão ocorrem em predicados que especificam a locação de um objeto (por exemplo, a posição de um relógio, uma folha de papel ou um copo) ou a forma de um objeto (por exemplo, uma vara fina e comprida).

Ainda nessa linha de raciocínio, podemos inferir a ideia de que os classificadores podem, também, ser a forma reduzida de uma frase, a qual, de outra forma, necessitaria da execução de

mais sinais, ou seja, os classificadores podem ser considerados como um mecanismo rico na Libras, pois podem reunir em apenas um “sinal” o sujeito e o verbo da ação. Também, devido a sua riqueza lexical e das infinitas possibilidades, os classificadores são bastante usados quando do discurso, seja este original ou uma interpretação bem como uma tradução.

Estudos comprovam que este recurso linguístico pode apresentar os pares mínimos também, ou seja, um classificador pode apresentar dois dos três principais parâmetros para a sua realização, o que envolve, aqui um estudo fonológico e morfológico, porém, este um tema para outro momento devido a sua profundidade e significância.

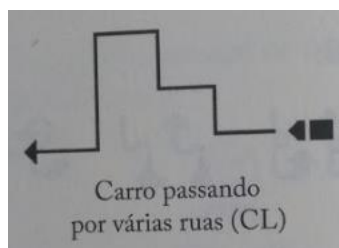
Contudo, como tínhamos prometido na introdução deste estudo, desejamos falar agora sobre a relação dos classificadores com a escrita da língua de sinais, mais precisamente do registro daqueles nesta escrita.

Para tanto, desejamos utilizar novamente o livro de Madson e Raquel Barreto (2015) por se apresentar neste momento como um grande contributo para a explicação deste tema. Sobre estes, Madson & Raquel Barreto (2015, p. 241) explicam que

Ao realizarmos classificadores é muito comum que uma mão fique parada, isto é, tensionada, enquanto a outra realiza uma ação. Neste caso, utilizamos um grafema de **Tensão** junto à CM, indicando que uma **mão se mantém firme para representar algo enquanto a outra faz os sinais**.

Contudo, como se efetua o registro escrito dos mesmos? A princípio, deve-se ter em mente que eles não podem fugir à regra da escrita, isto é, devem, além de serem escritos em colunas na vertical, usarem dos simbolismos já consolidados da língua, tais como as setas de movimento, os toques, os movimentos etc.

Pelo fato de um classificador ser um recurso que use o “sinal/vocábulo” juntamente com o verbo, pode-se tornar comum fazer com que a simbologia das setas de movimento e dos toques tornem-se mais úteis que os demais; note-se que não desprezamos as outras, senão estamos falando de uma perspectiva de uso mais recorrente. À guisa de exemplificação, usaremos o exemplo dado pelos autores Madson & Raquel Barreto (2015, p. 212):





As letras “CL” indicam que não é um sinal que está sendo realizado, senão um classificador. Essa indicação, ainda que pareça simplória e insignificante, prova o seu contrário quando sabemos que, por exemplo, o sinal “duas pessoas se encontrando” realizando-o com as mãos configuradas em “g” na verdade não é um sinal, senão um classificador. Caso quiséssemos realizar esta ideia, teríamos que fazer uma sequência de sinais, tal como: pessoa + número 2 (marcação) + encontrar. – Isso seria algo que faria com que as línguas de sinais parecessem “engessadas”, ou seja, sem dinamismo – algo que ela realmente não é.

3 METODOLOGIA

Como se pôde observar, a nossa metodologia não seguiu um cunho qualitativo, tampouco quantitativo, visto que nos centramos na possibilidade de se traduzir uma classe gramatical inexistente nas línguas orais, mas que é de uso recorrente na comunidade surda, qual seja: os classificadores.

Diante disto, acreditamos que nossa pesquisa pode ser categorizada como bibliográfica, porquanto nos atemos a buscar em livros informações e explicações que nos pudessem servir como respostas (ou indicações delas) para as nossas indagações, não apenas a que nos motivou a escrever sobre este tema, mas também àquelas que foram surgindo e dando coerência ao nosso estudo.

CONCLUSÃO

Acreditamos que abordar dois temas (tradução e escrita da língua de sinais) que ainda estão em fases embrionárias no campo de pesquisas, isto é, que ainda não têm muita notoriedade e há uma grande carência de mais estudos sobre estas áreas é um dos desafios para os TILS, sobretudo àqueles que se remetem mais à atividade da tradução.

Como pôde-se observar nas entrelinhas de nosso estudo, os classificadores não têm uma área em específico que se pode ser usado, também, que não se classifica como um mecanismo agramatical, porquanto ele pode ser utilizado tanto em discursos e registros formais quanto informais.

Temos a consciência que a problemática posta em relevo através de nosso estudo foi a de saber como escrevê-los de forma clara, sobretudo se isso seria possível. Cremos que conseguimos

demonstrar que sim e que fomos além, já que também tentamos evidenciar o fato de que a língua de sinais não é uma língua ágrafa, senão que já teve inúmeras tentativas de consolidar uma forma de escrevê-la, tendo sucesso na criação de Sutton.

Por fim, esperamos que este estudo sirva de incentivo aos demais pesquisadores que desejem se ater à área da tradução, sobretudo a das línguas de sinais em sua modalidade escrita, pois ainda somos poucos.

Lamentamos o fato de não termos podido nos prolongar no estudo, mas como mencionamos, nos custaria tempo e isso é algo que não dispomos no momento. Também, por ser a área da tradução e da escrita das línguas de sinais bastante rica e que desperta nos estudiosos um querer se aprofundar cada vez mais – quiçá, isso não seja devido ao fato de a língua (oral ou sinalizada) ser viva?! Porém, isso é algo que acreditamos ser melhor deixarmos para outra ocasião que esperamos ocorrer o mais breve possível.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAGNO, Marcos. **Preconceito linguístico**. O que é como se faz. São Paulo: Edições Loyola.

BRASIL. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências.

BRASIL, Decreto nº 5.626 de 22 de dezembro de 2005. **Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000.**

BARRETO, Madson; BARRETO, Raquel. **Escrita de sinais sem mistérios**. 2. ed. rev. atual. e ampl. Salvador, v. 1: Libras Escrita, 2015.

GESSER, Audrey. **LIBRAS?** : Que língua é essa? Crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo : Parábola editorial, 2009.

QUADROS, Ronice; KARNOPP, Lodenir. **Língua de Sinais Brasileira**: Estudos Linguísticos. Porto Alegre: Artmed, 2004.